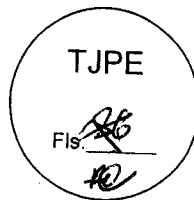




Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Sabino do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

213

79

APELAÇÃO CÍVEL 99667-8 -- 1ª VARA CÍVEL DE GARANHUNS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - BANDEPE  
APELADOS: EXPEDITO MANOEL WANDERLEY NEVES e IVANIILDA GARRILHO GOMES

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA. DEMORA NA CITAÇÃO DO DEVEDOR. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE ESFORÇO DO APELANTE EM LOCALIZAR O ENDEREÇO DO APELADO. RESPONSABILIDADE DO AVALISTA AFASTADA. APELAÇÃO IMPROVIDA.

- Nos termos do art. 70 da Lei Uniforme de Genebra, aprovada pelo Decreto nº 57.663/66, a ação de execução firmada em nota promissória prescreve em 03 (três) anos.

- Decorrido o vencimento da referida cartula em 09.03.1995, o lapso prescricional encerrou-se em 09.03.1998, inexistindo a interrupção da prescrição, diante da ausência de citação do ora Apelado. Aplicação do art. 219, §4º do CPC. Precedentes.

- O reconhecimento da prescrição não se configura como um prêmio ao devedor relapso, pois cabe ao credor satisfazer seu direito no prazo estipulado por lei, inexistindo nos autos prova do esforço do Apelante na busca do atual endereço do Apelado.

- Uma vez comprovada a prescrição do título de crédito executado, desobrigado está o avalista quanto ao adimplemento da obrigação principal. Precedentes do STJ.

- Improvimento da apelação.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em, por maioria, **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em

10/20/99  
efommm

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator designado para lavratura do acórdão



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Adalberto de Oliveira Melo

Apelação Cível nº 99667-8 – Garanhuns/PE  
Apte: Banco de Pernambuco S/A - Bandepe  
Apdo: Expedito Manoel Wanderley Neves e outro  
Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo  
Segunda Câmara Cível

**RELATÓRIO**

Adoto o relatório de fl. 44, que leio (...)  
Acrescento que sobreveio sentença que julgou extinta a  
ação em face da prescrição do título executivo.  
Inconformado, através das razões de fls. 47 a 49, o banco  
exeqüente interpôs recurso de apelação pretendendo a reforma da sentença.  
Sem contra-razões.  
É o relatório.  
Ao douto revisor.  
Recife, 22 de setembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.

w.

Processo nº 6.113/97.

1ª Vara Cível.

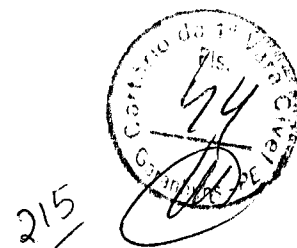
Comarca de Garanhuns.

Execução Extrajudicial.

Exeqüente: Banco de Pernambuco S/A – BANDEPE.

Executados: Expedito Manoel Wanderley Neves (devedor) e Ivanilda Garrilho Gomes (avalista).

**SENTENÇA**



Vistos etc...

Banco de Pernambuco S/A – BANDEPE, com sede no Cais do Apolo, bairro e cidade do Recife, neste ato representado por seus Diretores e por mandatário judicial, na condição de parte credora, ajuizou a presente Execução contra Expedito Manoel Wanderley Neves, inscrito no CPF sob o nº 197.433.864-19, na qualidade de devedor, e a coobrigada Ivanilda Garrilho Gomes, com o CPF de nº 226.435.674-04, ambos residentes e domiciliados na Av. Júlio Brasileiro, nº 587 – Bairro heliópolis – nesta cidade de Garanhuns, para cobrança de seu crédito nos termos do artigo 585, inciso VII, do Código de Processo Civil, consoante documentação pertinente.

A parte devedora, no caso Expedito Manoel Wanderley, embora a ação tenha sido ajuizada em 06 de março do ano de 1997, até a presente data não foi citada.

Por vislumbrar hipótese de extinção, passo a decidir:

Nos termos do artigo 617 do Estatuto Processual Civil, a propositura da execução, se deferida, interrompe a prescrição, desde que a citação do devedor seja feita com a observância lecionada no artigo 219 do mesmo diploma processual civil.

Não sendo efetuada a citação, nos prazos estabelecidos no parágrafo 4º, do artigo 219 do Estatuto de Ritos, "haver-se-á por não interrompida a prescrição" fato que ocorre neste processo, e, mesmo se hoje efetivada, não mãos faria retroagir o efeito interruptivo prescricional à data da propositura da ação.

Por seu turno, o título de crédito que embasa a pretensão executória é nota promissória, cujo prazo prescricional é de (3) três anos, a teor da Lei nº 57.663/66. No caso presente o lapso temporal transcorreu sem verificar-se superveniente causa interruptiva de prescrição, assim consolidada.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Adalberto de Oliveira Melo

Fls.  
29  
700  
216  
82B

Apelação Cível nº 99667-8 – Garanhuns/PE  
Apte: Banco de Pernambuco S/A - Bandepe  
Apdo: Expedito Manoel Wanderley Neves e outro  
Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo  
Segunda Câmara Cível

**VOTO**

O título executivo apresentado é a nota promissória de fl. 08 no valor de R\$ 11.000,00 com vencimento em 09 de março de 1995.

A ação foi distribuída em 06 de março de 1997, portanto, o título apresentado à execução não se achava prescrito.

Entendeu o juiz sentenciante, no entanto, que não tendo havido causa de interrupção da prescrição, esta se operou no curso da ação, perdendo o título apresentado os requisitos do art. 585 do CPC.

Creio que a sentença merece ser anulada.

É que o art. 791, inciso III, do CPC autoriza a suspensão do curso da ação executiva quando não se tem conhecimento de bens penhoráveis do devedor.

No caso, verifica-se que através das petições de fl. 35 e 37, o credor, ora apelante, requereu a suspensão da ação, e posteriormente, através da petição de fls. 40/41, requereu a penhora do bem imóvel de propriedade do devedor, conforme informado na certidão de fl. 18 do cartório de imóveis local.

*Pari passu*, o juiz *a quo* julgou extinta a ação sem qualquer pronunciamento acerca do pedido formulado.

Estando suspensa a execução a requerimento do credor não deve correr o prazo prescricional. Extinguir a ação de execução em casos dessa natureza significa premiar o devedor. A suspensão do curso da execução não é faculdade criada pelo credor, e sim um direito.

Segundo Humberto Theodoro Júnior, *"a melhor solução é manter sine die suspenso o processo, arquivando-o provisoriamente, à espera que o credor encontre bens penhoráveis"*. (Curso de Direito Processual Civil, 36ª edição, pag. 337).

Com estes fundamentos, dou provimento ao apelo para anular a sentença recorrida, devendo os autos ser devolvidos ao juízo de origem para prosseguimento da ação até seus ulteriores termos.

É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabrete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 82  
83

217 83<sup>B</sup>

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 99667-8 - 1ª VARA CÍVEL DE GARANHUNS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - BANDEPE  
APELADOS: EXPEDITO MANOEL WANDERLEY NEVES e IVANILDA GARRILHO GOMES

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de Apelação interposta contra sentença (fls. 44/45), a qual extinguiu a execução de título extrajudicial nº 6.133/97, em virtude da "falta de título executivo apto para aparelhar a execução, com fundamento na inteligência do art. 618, I", em decorrência da prescrição do título extrajudicial embasador da aludida pretensão executória.

A referida execução de título extrajudicial fora ajuizada, pelo Apelante, visando ao pagamento da Nota Promissória celebrada com o sr. Expedito Manoel Wanderley Neves, em 22.02.1995 e com vencimento em 09.03.1995, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), figurando como avalista a Sra. Ivanilda Garrilho Gomes, conforme documento de fls. 08.

A sobredita ação executória fora autuada em 06.03.1997, permanecendo suspensa, nos termos do inciso III, do art. 791 do CPC<sup>1</sup>, até 18.07.2003, em decorrência da não localização do atual endereço do devedor.

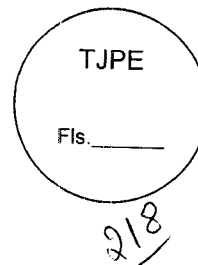
<sup>1</sup> Art. 791. Suspende-se a execução:

(...)

III. quando o devedor não possuir bens penhoráveis;



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Asseverou o julgador, na sentença, a ocorrência de prescrição intercorrente no título em análise, pois, uma vez não realizada a citação regular do devedor Apelado, o lapso prescricional não fora suspenso, encerrando-se em 09.03.1998, ou seja, 03 (três) anos após o vencimento da Nota Promissória, nos termos do Decreto nº 57.663/66.

Em suas razões recursais, suscita o Apelante (fls. 46/49), a inexistência de prescrição do título exequendo, em virtude da Recorrente ter ajuizado a presente ação antes dos três anos alusivos ao prazo prescricional para exigência da referida Nota Promissória.

Os apelados não apresentaram contrarrazões, em decorrência da não efetivação de suas citações, conforme certidão de fls. 53v e despacho de fls. 55.

É o breve relatório. Decido.

Com efeito, a Nota Promissória objeto da ação encontra-se encartada às fls. 08, no valor de R\$ 11.000,00, com vencimento em 09.03.1995.

A execução fora proposta em 06.03.1997, tendo sido proferido despacho determinando a citação do devedor em 31.03.1997; desde então não houve um "andamento" regular do processo, permanecendo o mesmo suspenso, em vista de não ter sido o devedor encontrado para citação, como se observa dos petitórios de fls. 35 e 37.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE  
Fls. ~~81~~  
~~82~~  
219 847

Ora, a ação de execução alicerçada em nota promissória prescreve em 03 (três) anos, nos termos do art. 70 da Lei Uniforme de Genebra, aprovada em nosso ordenamento pelo Decreto nº 57.663/66<sup>2</sup>.

Como a citação do devedor não ocorrera em até 90 (noventa) dias da ordem citatória inicial, nos termos do §3º do art. 219 do CPC, cabe a aplicação, no caso dos autos, do §4º do supracitado artigo<sup>3</sup>, inexistindo a interrupção do prazo prescricional a partir da data da propositura da ação.

Desta maneira, em sendo o vencimento da referida cártula em 09.03.1995, e não havendo a interrupção da prescrição, o lapso prescricional encerrou-se em 09.03.1998, restando, portanto, inexigível o aludido título de crédito.

Ressalte-se o fato de o decreto da prescrição não ser um prêmio ao devedor relapso, pois, ao lado da efetiva realização da justiça, com a satisfação do direito do credor, está o preceito do cunho social proibitivo da eternização de demandas.

O credor tem a prerrogativa de satisfazer seu direito, mas deve fazê-lo dentro do interregno legal atribuído a ele por lei, inexistindo nos autos qualquer demonstração do esforço do Recorrente em localizar o atual endereço do devedor.

<sup>2</sup> Art. 70. Todas as ações contra o aceitante relativas a letras prescrevem em três anos a contar da data de seu vencimento.

<sup>3</sup> Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

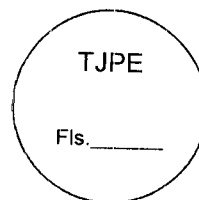
(...)

§3º. Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias;

§4º. Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



220

Em tom uníssono, já se manifestou a jurisprudência pátria. Confira-se:

.....

*APELAÇÃO - EMBARGOS DO DEVEDOR - NOTA PROMISSÓRIA - DEMORA NA CITAÇÃO - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA.*

- De acordo com o art. 18, I, da Lei nº 5.474/68, a ação proposta pelo sacador da duplicata contra o sacado prescreve em 3 anos. Idêntico o prazo prescricional para a execução de nota promissória, nos termos do art. 70, da Lei Uniforme, promulgada em nosso país pelo Decreto nº 57.663/66.

- Se o autor não promoveu a citação válida do devedor no prazo previsto no art. 219, a citação posteriormente realizada não retroagirá à data da propositura da ação.

- Não pode ser imputado à Justiça, mas, sim, à negligência do próprio exequente, a demora em se promover a citação do executado, por anos a fio, deixando de cumprir a diligência que lhe cabia, nos termos do art. 219, do CPC.. (TJMG, Processo nº. 1.0702.05.246064-0/001 (1), Relator Eduardo Marine da Cunha, julgado em 25.01.2007)

.....

*EMBARGOS DO DEVEDOR - DEMORA NA CITAÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - DECISÃO MANTIDA.*

- O prazo prescricional para execução de nota promissória é de três anos, conforme o disposto no art. 70 do Decreto 57.663/66.

- Há de se reconhecer a prescrição intercorrente, quando a demora da citação se der por desídia do Apelante/Exequente, consoante o que dispõe o art. 219 do CPC.

- A interrupção da prescrição com relação ao devedor principal não alcança nem favorece o avalista, nos termos do que dispõe o art. 71 da Lei Uniforme de Genebra. (Decreto 57663/66). - Recurso não provido. (TJMG, Processo nº 2.0000.00.381880-2/000 (1), Relator Roberto Borges de Oliveira, julgado em 27.05.2003)

.....

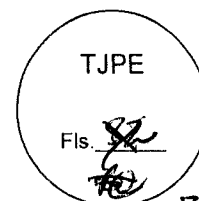
*PROCESSO DE EXECUÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - AJUIZADA AÇÃO DE EXECUÇÃO E NÃO CONSUMADA A CITAÇÃO DOS RÉUS NO PRAZO LEGAL*

- Deixa de existir a ficção da interrupção prescricional do despacho ordenatório da citação, operando-se a prescrição do título executivo, conseqüentemente, faltando pressuposto válido e regula para o desenvolvimento do processo, ficando assegurado





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



221 8513

*o exercício do direito do credor pela via cognitiva.* (TJDF - Apelação Cível nº 2.510.591 DF - 1º Turma Cível - rel. Juiz Jeronimo de Souza - DJ 13/10/1993)

.....

*PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - ART. 219 E 617 DO CPC - REDAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 8.952/94 - DEMORA NA CITAÇÃO - INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA DO CREDOR.*

*- Tendo o acórdão concluído pela inércia do credor na demora da citação do executado, o reexame da questão, nesta instância especial, demandaria apreciação dos fatos da causa, incidindo o verbete sumular nº 7/STJ.*

*- (...) Destarte, havendo inércia do credor em promover a citação, não se podia ter por interrompida a prescrição.* (STJ - Resp 140402/MG - Quarta Turma - rel. Min. Sávio de Figueiredo Teixeira - DJ 09/08/1999)

.....

Por fim, quanto à responsabilidade da avalista na presente demanda, uma vez comprovada a prescrição do título de crédito sem a citação do devedor, desobrigada está aquela em relação à obrigação principal, salvo se demonstrado o seu locupletamento ilícito, não sendo esta a hipótese dos autos.

Este é o posicionamento do C. STJ, verbis:

.....

*AGRAVO REGIMENTAL. NOTA PROMISSÓRIA PRESCRITA. RESPONSABILIDADE DO AVALISTA.*

*I - Na linha dos precedentes desta Corte, prescrito cheque, desaparece a relação cambial e, em consequência o aval. Dessa forma, o avalista só responde pela dívida se provado o seu locupletamento.*

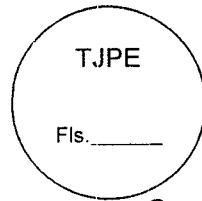
*II - A mesma orientação deve ser aplicada ao avalista de nota promissória prescrita, mesmo que ele seja também o representante legal da empresa devedora. Agravo Regimental improvido.* (AgRg no REsp 849.102/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 02/09/2009)

.....

✓



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



CIVIL E PROCESSUAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE  
PRESCRITO. AVALISTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA PARA A CAUSA.

*I. Prescrita a ação cambiária, perde eficácia o aval, não respondendo o garante pela  
obrigação assumida pelo devedor principal, salvo se comprovado que auferiu  
benefício com a dívida, circunstância não registrada na espécie. (REsp 1022068/SP,  
Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, 4ª TURMA, DJe 02/02/2009)*

.....

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a  
sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

30/10/09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

223

fu.  
86 B

PROSSEGUE O EMINENTE DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA  
(PRESIDENTE E REVISOR)

A minha conclusão é nessa linha, peço todas as vênias ao nobre Relator, na medida em que entendo em negar provimento ao apelo.

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

A sentença foi no sentido de legitimar o título?

DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO (RELATOR)

Não, prescrever.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Ela reconheceu a prescrição.

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

Do voto dele, ele entende que... (interrompido).

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Ele entende que não estava prescrito. Eu reconheci a prescrição, conforme a sentença.

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

Então é de legitimar. Ele anula e Vossa Excelência não, Vossa Excelência entende que está prescrita.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Está prescrita, mantenho a sentença. A apelação é do Banco.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

Fls. 871  
224 871

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

Acompanho o voto de Vossa Excelência, pedindo vênias ao Desembargador Adalberto.

---

**DECISÃO**

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, FICANDO DESIGNADO O DES. REVISOR PARA LAVRAR O ACÓRDÃO."

---